

Os novos Estados já têm candidatos

A proposta de criação de mais cinco estados, já na Comissão de Sistematização, atende mais aos interesses pessoais e sonhos eleitorais de seus proponentes do que aos objetivos geralmente expressos na exposição de motivos das emendas. Em alguns casos, o desmembramento do estado é uma antiga reivindicação de determinadas regiões, esquecidas pelos gover-

nadores estaduais. É o caso, por exemplo, das regiões Sul e Sudoeste da Bahia — que pela proposta devem constituir o Estado de Santa Cruz —, historicamente marginalizadas pelo governo baiano, como garante o constituinte Fernando Gomes (PMDB), o inspirador da idéia. Mas na maioria dos casos, anexar mais estrelas — símbolo dos estados da Federação —

à bandeira nacional encobre velhas rixas políticas ou o desejo de alguém tornar-se o possível donatário do novo feudo. E os candidatos já surgiram. O prefeito de Santarém, Ronaldo Campos, é um dos mais ardorosos incentivadores da idéia de se criar o Estado de Tapajós, que seria formado pelo Oeste do Pará. Sem cacife político para lançar-se ao gover-

no do Pará, ele é um dos mais fortes candidatos ao cargo no futuro estado. A experiência tem mostrado que a divisão dos estados não é necessariamente a solução para os problemas sócio-econômicos do País. Mas igualmente tem revelado que é um instrumento eficaz para satisfazer o apetite e conciliar interesses políticos.

A briga pelos feudos políticos

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Os futuros estados brasileiros — caso a Constituinte aprove a divisão territorial proposta pela comissão temática — antes mesmo de serem organizados já têm seus candidatos a governador. Em Santa Cruz, formado pela divisão da Bahia, o deputado Fernando Gomes (PMDB); em Tocantins, a partir de uma parcela de Goiás, o deputado Siqueira Campos (PDC); no Maranhão do Sul, o deputado Davi Alves (PDS); Tapajós, a ser desmembrado do Pará, o deputado Paulo Roberto (PMDB) e no Triângulo, em território mineiro, o deputado Homero Santos (PFL).

Não por simples coincidência, foram estes os proponentes, na subcomissão de Organização dos Estados, da divisão territorial do País, sob a alegação de favorecer o desenvolvimento econômico e social de regiões abandonadas pelos Executivos estaduais, mas na verdade com objetivos eleitorais e políticos, claros e definidos. Cada um dos novos estados será colocado praticamente a serviço de seus criadores, e haverá oportunidade para a eleição de mais três senadores, bancadas estaduais e federais. Com isso abre-se a perspectiva de criação de um feudo político para o qual contribuiu o deputado Hilário Braun (PMDB-RS), autor da emenda que reinstituía a questão dos novos estados, mesmo prejudicado no que ele queria para si próprio: o do Iguaçu, com parcelas dos territórios de Santa Catarina e Paraná.

Poucos, como Homero Santos e Siqueira Campos, admitem a eventualidade de suas candidaturas, mas todos sorriem diante da perspectiva em aberto. Os proponentes das novas unidades federativas são geralmente os mais votados naquelas regiões e se aproveitam de sentimentos divisionistas de maior ou menor profundidade. Fernando Gomes é o mais votado no Sul da Bahia, foi prefeito da importante cidade de Itabuna, que poderia ser a capital do Estado de Santa Cruz. Sua proposta tem apoio de apenas um deputado federal e defendendo a tese há muito tempo foi novamente o mais votado nas eleições de novembro passado.

No Tocantins, Siqueira Campos defende a idéia há duas décadas e sempre teve boa votação com essa bandeira. Ao contrário dos demais casos, em Goiás há apoio popular e dos partidos para a criação do novo estado. Siqueira já tem planos de governo: divisão do território em oito regiões administrativas, eleições em novembro de 88 e transformação do estado no terceiro maior produtor de alimentos do País. A "coincidência" se repete no Tapajós: Paulo Roberto é o deputado mais votado em Santarém, que será a capital do novo estado, com cerca de 200 mil eleitores, seguido de José Teixeira, na área estadual, obviamente defensor da mesma tese divisionista. O governador Hélio Gueiros e a Assembléia Legislativa são contrários.

No Triângulo, proposto pelo deputado Chico Humberto, o mais vo-

tado de Uberlândia, ele próprio lançou a candidatura de Homero Santos, mas o governador Newton Cardoso irritou-se e conseguiu o apoio dos prefeitos das duas principais cidades, Uberaba e Uberlândia, contra a divisão de Minas Gerais. O novo estado concentra 30% da renda mineira e a capital seria Araxá, mas dos 53 deputados estaduais menos de dez apoiam a divisão. Homero concorda, sorridente, que a criação de estados é um grande potencial político eleitoral a ser explorado pelos responsáveis pela iniciativa.

No Maranhão do Sul a situação repete-se: o autor da proposta, Davi Alves é o mais votado de Imperatriz, que seria a capital, e já pede votos para governador, apesar da oposição dos deputados estaduais, federais, do governador e do presidente José Sarney. Para o deputado Alberico Filho, os proponentes da divisão "legislam em causa própria" e fizeram conchavos para conseguir a aprovação da matéria na comissão temática, mesmo contra o parecer do relator José Richa. Os defensores da divisão de cada estado se reuniram na subcomissão e deram apoio mútuo a suas pretensões, o que tornou viável a aprovação da emenda final. A transformação de Roraima e Amapá em estados, além de consumir recursos federais, criaria cargos de governadores, três senadores e bancada federal, beneficiando os autores da proposta: a deputada Marluce Pinto (PTB) e o ex-governador e deputado Aníbal Barcelos.

Em Minas, a disputa maior

AGÊNCIA ESTADO

Com o terceiro maior colégio eleitoral de Minas Gerais, o "Estado do Triângulo", como está proposto na Constituinte, se realmente for aprovado vai atender diretamente os interesses do senador Ronan Tito (PMDB-MG), que obteve 10,65% dos votos do estado em 86, um empresário bem-sucedido da cidade de Uberlândia, que há quatro anos alimenta o sonho de chegar ao cargo de governador. Na região que seria desmembrada de Minas, porém, quase 10 políticos fizeram suas carreiras, algumas já à beira do ostracismo, como a do ex-governador mineiro, ex-chefe do Gabinete Civil da Presidência e ex-deputado federal Rondon Pacheco (PDS).

O novo "Estado do Triângulo" compreenderia, segundo proposta do deputado Chico Humberto (PDT-MG), todo o Triângulo Mineiro e a região do Alto Paranaíba — duas das mais ricas áreas de Minas. Lá disputam votos como majoritários, além do senador Ronan Tito (PMDB), os deputados federais Homero Santos (PFL), Luís Alberto Rodrigues e Raul Belém (PMDB) e Chico Humberto (PDT). Na Assembléia Legislativa de Minas, os representantes do "futuro" estado são os deputados Pedro Gustin e José Duarte (PFL), Geraldo Resende e Milton Lima Filho (PMDB) e Samir Tannus (PDS).

A criação do Estado de Santa Cruz, com a separação das regiões Sul e Sudoeste da Bahia, foi uma idéia do deputado constituinte Fernando Gomes, do PMDB, ex-prefeito de Itabuna, a maior cidade do Sul da Bahia, em represália, segundo ele, ao "descaso histórico do governo baia-

no para com essas regiões do estado". Contra ele estão os demais 38 deputados federais baianos, 62 dos 63 deputados estaduais (na Assembléia, tem apenas o apoio do deputado Galvão Filho, que ele elegeu) e os maiores empresários da região.

O curioso é que, se for mesmo aprovado na Constituinte a criação do novo estado (se houver prebiscito na região a proposta não passa), Fernando Gomes não conseguirá se transformar em seu donatário, ou primeiro governador, como é seu sonho. Ele enfrentará alguns pesos pesados da política baiana e algumas lideranças novas.

Um deles é o secretário de Transportes da Bahia, Pedral Sampaio, ex-prefeito de Vitória da Conquista, e com influência em toda a região Sudoeste. Mesmo no eixo Ilhéus/Itabuna, onde estão concentrados seus eleitores, Gomes terá de enfrentar as lideranças de Jabes Ribeiro (prefeito de Ilhéus) e Ubaldo Dantas (prefeito de Itabuna), que são seus adversários políticos. E prova que sua liderança já não é a mesma é o fato de ele não ter conseguido renovar o mandato de deputado estadual do próprio irmão, Daniel Gomes, nas últimas eleições.

Se o Estado de Tapajós, formado do Oeste do Pará, for realmente criado, dois candidatos ao cargo de governador já estão lançados desde agora: o próprio autor do projeto, deputado federal (PMDB) Paulo Roberto Matos, e o atual prefeito de Santarém, Ronaldo Campos. Ele é o principal incentivador da medida: sem possibilidades de lançar-se candidato ao governo do Pará, sua grande aspiração é o mais forte candidato desde já ao cargo no futuro estado.

No Rio, a luta pelos cargos

RIO
AGÊNCIA ESTADO

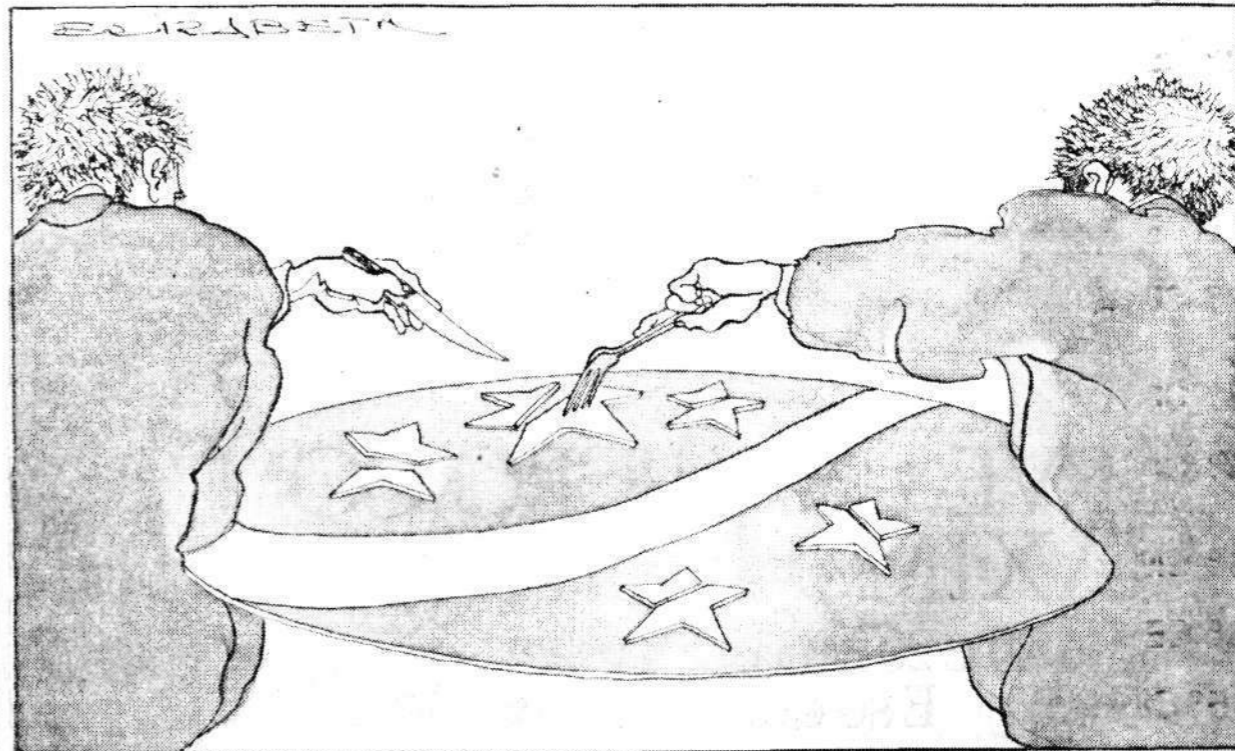
A ameaça de divisão da cidade do Rio de Janeiro em vários municípios — o desmembramento da Zona Oeste pode ser votado em plebiscito no dia 6 de setembro — deve aumentar o já grande descontentamento do PFL com o governo Moreira Franco.

O PFL, através de algumas de suas mais expressivas lideranças, além de reclamar de não estar sendo aquinhado com cargos públicos como o combinado, acusa Moreira Franco de insuflar a divisão da cidade "para diminuir o peso político do Rio de Janeiro".

As acusações são consequência da posição do presidente da Assembléia, deputado Gilberto Rodrigues (eleito com os votos de Nilópolis, na Baixada Fluminense), que é o principal articulador da divisão do Rio em municípios. O deputado é um dos mais fiéis "moreiristas" do PMDB.

Curiosamente, o PDT, que seria a maior vítima da manobra (no PFL, por exemplo, diz-se abertamente que Moreira Franco quer apenas esvaziar o atual prefeito Saturnino Braga) ainda está muito dividido sobre o assunto. Mas, esta semana, uma deputada do partido, Alice Tamborindé, apresentou emenda constitucional proibindo a divisão territorial da capital.

O PFL tenta agora, como maneira de evitar um rompimento com Moreira, ser compensado com cargos na área federal. E os postos mais visados estão no Ministério de Minas e Energia.



PMDB, a caminho da implosão

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

O PMDB está caminhando conscientemente para a implosão. Na convenção nacional extraordinária, dias 18 e 19 de julho, o novo maior partido do Ocidente dificilmente escapará do racha definitivo. As causas serão várias — as divergências na definição de questões econômicas e sociais, crise nacional, sistema de governo, duração do mandato do presidente Sarney, com o agravante de que, a cada dia, mais se acentua o confronto ideológico nas fileiras do partido.

Setores peemedebistas mais à esquerda voltaram a fazer críticas ao presidente da República, à administração e, também, ao Plano Bresser. No campo econômico, dirigentes do PMDB revelaram que, recentemente, numa das frequentes reuniões do "grupo do poire", o ministro Renato Archer, da Ciência e Tecnologia, amargurado, desabafou suas queixas. O ministro, que também é do Maranhão, declarou-se desiludido e decepcionado com seu contêrraneo presidente. Chegou a dizer que não se sente mais em condições de continuar no governo Sarney.

Não é somente na questão da reserva de mercado do setor tecnológico que o PMDB está dividido. Na definição de empresa nacional, na participação de capital estrangeiro, no tabu dos monopólios, na proposta de reforma agrária, na estabilidade

de emprego, na definição do direito de greve, na política educacional, na revisão das diretrizes nas comunicações, o partido de Ulysses Guimarães dá sinais evidentes de rachaduras.

No campo político-institucional o quadro interno não é diferente. Há os que defendem mandato de quatro, cinco e até seis anos para Sarney (os mais realistas do que o rei). Uma facção minoritária propõe eleições presidenciais — e até gerais — 120 ou 150 dias após a promulgação da nova Constituição, "zerando" tudo.

No debate sobre sistema de governo, o paladar é também variado. Muitos insistem na manutenção do presidencialismo — Ulysses à frente — com o fortalecimento do Poder Legislativo, que seria equipado para fiscalizar, objetivamente, a administração direta e indireta. Seria o neopresidencialismo — ou presidencialismo congressual — com parte dos ministros escolhidos, obrigatoriamente, entre os congressistas. Outros, preferem o parlamentarismo mitigado. O primeiro-ministro exerceria o papel de ministro-coordenador, sem atribuições de chefe de governo. O presidente continuaria sendo chefe de governo e chefe de Estado. Haveria censura, ou voto de desconfiança coletivo ao ministério. Outra corrente apoia o parlamentarismo, desde que ressaltados dos ministros militares — seriam nomeados pelo presidente e não estariam sujeitos a qualquer tipo de censura.

Nas lideranças do PMDB as di-

vergências são notórias. Ulysses Guimarães, Luiz Henrique, José Richa, Carlos Sant'Anna, Cardoso Alves, Expedito Machado, Milton Reis, ao lado de quase todos os governadores, são favoráveis ao mandato de cinco anos para Sarney, Mário Covas, Fernando Henrique Cardoso, Euclides Scalco, Egídio Ferreira Lima e quase todos os vice-líderes insistem no mandato de quatro anos, no máximo.

Na convenção nacional todas as posições conflitantes, nas mais diversas questões, acabaram revelando o PMDB por inteiro — a frente multicolorida que vem resistindo ao tempo, graças ao malabarismo do seu timoneiro Ulysses Guimarães. O Movimento Democrático Brasileiro — MDB — e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro — PMDB — estão longe de representar uma sólida agremiação política, com princípios, programas e estatutos. A primeira, no passado recente, e a outra, nos dias atuais, nunca passaram de legendas atrativas, só para disputar votos, princípios programáticos à parte.

Os liberados de Mário Covas enfrentarão os liderados de Ulysses e de Carlos Sant'Anna na definição do mandato presidencial e, de quebra, o sistema de governo. Os mesmos liderados, com líderes diferentes, deverão travar, na mesma convenção, o combate ideológico, numa amostra do que será o conflito no plenário da Assembléia Constituinte.



Ulysses Guimarães 3/02/87



Mário Covas 26/05/87



Carlos Sant'Anna 1/12/86